

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 547.766 - RJ (2019/0352905-3)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : PAULO GUSTAVO DA CUNHA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : PAULO GUSTAVO DA CUNHA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado por PAULO GUSTAVO DA CUNHA, em seu próprio benefício, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação n. 0050863-59.2017.8.19.0001 – relator Desembargador Paulo Rangel).

Depreende-se dos autos que o impetrante/paciente foi condenado à pena de "06 anos, 10 meses e 10 dias de detenção e ao pagamento de 163 dias-multa, em regime semiaberto, pela prática dos delitos tipificados nos artigos 138 c/c 141, incisos II e III, n/f do 71 (20 vezes), 139 c/c 141, incisos II e III, n/f do 71 (20 vezes), 140 c/c 141, II e III, n/f do art. 71 (20 vezes) e 359, tudo n/f do art. 69, todos do CP, e o absolveu do art. 344 do CP" (e-STJ fl. 35).

Irresignada, a defesa apelou. A 3ª Câmara Criminal do Tribunal *a quo* deu parcial provimento ao recurso para "[...] **ABSOLVER O ACUSADO DO CRIME DO ART. 139 DO CP E DO CRIME DO ART. 359 DO CP, NA FORMA DO ART. 386, I, DO CPP E PARA CORRIGIR A DOSIMETRIA DA NO QUE TANGE À CONTINUIDADE DELITIVA, ESTABELECENDO A PENA DE 3 ANOS E 4 MESES DE DETENÇÃO, EM REGIME SEMIABERTO, E 40 DIAS-MULTA PELA PRÁTICA DOS CRIMES DOS ARTIGOS ART. 138 C/C ARTIGO 141, INCISOS II E III, TODOS DO CÓDIGO PENAL E ART. 140 C/C ARTIGO 141, INCISOS II E III, TODOS DO CÓDIGO PENAL, POR MAIS DE SEIS VEZES, NA FORMA DO ART. 71 DO CP. CERTIFICADO O DECURSO DE PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, EXPEÇA-SE MANDADO DE PRISÃO COM PRAZO DE VALIDADE**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*DE 8 ANOS E NOTA DE COMPATIBILIDADE DE REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA. CUMPRIDO O MANDADO, EXPEÇA-SE A RESPECTIVA CARTA DE EXECUÇÃO"* (e-STJ fls. 41/42).

O acórdão recebeu a seguinte ementa (e-STJ fls. 33/35):

APELAÇÃO DEFENSIVA. O APELANTE PAULO GUSTAVO DA CUNHA FOI CONDENANDO À PENA DE 06 ANOS, 10 MESES E 10 DIAS DE DETENÇÃO E AO PAGAMENTO DE 163 DIAS-MULTA, EM REGIME SEMIABERTO, PELA PRÁTICA DOS DELITOS TIPIFICADOS NOS ARTIGOS 138 C/C 141, INCISOS II E III, N/F DO 71 (20 VEZES), 139 C/C 141, INCISOS II E III, N/F DO 71 (20 VEZES), 140 C/C 141, II E III, N/F DO ART. 71 (20 VEZES) E 359, TUDO N/F DO ART. 69, TODOS DO CP, E O ABSOLVEU DO ART. 344 DO CP. Alega nulidade da sentença em razão da omissão do Juízo em apreciar as preliminares de inépcia da denúncia quanto aos crimes de calúnia e difamação. Diferente do sustentado pela Defesa, consta da sentença que os questionamentos foram enfrentados de forma fundamentada. Por outro lado, não procede a alegação de inépcia da denúncia quanto ao crime de calúnia. Consta da denúncia a descrição detalhada dos crimes imputados ao acusado, viabilizando, decerto, a compreensão e o exercício da ampla defesa. A imputação do crime de calúnia foi devidamente individualizada e o fato criminoso, sabidamente falso imputado, às vítimas possui concretude, vez que asseverou que a Juíza e o Promotor de Justiça faziam parte de uma quadrilha que “vende sentença” no fórum de Duque de Caxias. Não identifico a imputação do crime de difamação. Condutas que se moldam aos tipos de calúnia e difamação. Não procede a alegação de quanto aos crimes de injúria o réu estaria agindo sob o manto da legítima defesa de sua avó, uma vez que para configurar mencionada excludente de ilicitude deve preexistir uma injusta agressão, atual ou iminente, o que inexiste nos autos. O descontentamento do acusado com o teor das decisões judiciais não lhe autoriza imputar falsamente fato criminoso às vítimas ou ofender a honra subjetiva das vítimas. Verifico que os fatos imputados ao acusado não encontra subsunção no art. 359 do CP, eis que o acusado não possuía o direito de viver no lar de sua avó, mas apenas o fazia por convivência desta. Logo, inexiste direito suspenso. Averbe-se, outrossim, que o crime de desobediência também não encontra subsunção aos fatos, pois há diversos outros meios processuais para coagir o réu a cumprir a decisão judicial, sendo certo, ademais, que o direito penal é a ultima ratio do arcabouço jurídico. As penas-base estabelecidas na sentença foram devidamente justificadas em razão do intenso grau de desprezo do acusado pelas vítimas que tiveram as honras objetiva e subjetiva atacadas quando estavam exercendo as suas funções, o que compromete também a credibilidade do Poder Judiciário e do Ministério Público. Considerando que o Juízo reconheceu o crime continuado entre os crimes de calúnia e de injúria, aplico na pena do mais grave a fração de 2/3 por considerar que o

# Superior Tribunal de Justiça

acusado praticou mais de seis delitos em continuidade delitiva. Assim, estabeleço a pena de 3 anos e 4 meses de detenção e 40 dias-multa. Deixo de substituir a pena privativa de direito por restritivas de liberdade, na forma do art. 44, III, do CP. O regime é o semiaberto, conforme art. 33, §2º, c, §3º, do CP. CONHEÇO E DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DEFENSIVO PARA ABSOLVER O ACUSADO DO CRIME DO ART. 139 DO CP E DO CRIME DO ART. 359 DO CP, NA FORMA DO ART. 386, I, DO CPP E PARA CORRIGIR A DOSIMETRIA DA PENA NO QUE TANGE À CONTINUIDADE DELITIVA, ESTABELECENDO A PENA DE 3 ANOS E 4 MESES DE DETENÇÃO, EM REGIME SEMIABERTO, E 40 DIAS-MULTA PELA PRÁTICA DOS CRIMES DOS ARTIGOS ART. 138 C/C ARTIGO 141, INCISOS II E III, TODOS DO CÓDIGO PENAL E ART. 140 C/C ARTIGO 141, INCISOS II E III, TODOS DO CÓDIGO PENAL, POR MAIS DE SEIS VEZES, NA FORMA DO ART. 71 DO CP. CERTIFICADO O DECURSO DE PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, EXPEÇA-SE MANDADO DE PRISÃO COM PRAZO DE VALIDADE DE 8 ANOS E NOTA DE COMPATIBILIDADE DE REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA. CUMPRIDO O MANDADO, EXPEÇA-SE A RESPECTIVA CARTA DE EXECUÇÃO.

Dá o presente *writ*, no qual o impetrante/paciente alega, em suma, equívocos dos julgadores na análise dos fatos e provas tanto na sentença quanto no acórdão.

Afirma que não cometeu os crimes pelos quais foi condenado e, ao final, requer a concessão liminar da ordem "*para que seja revogada a prisão, tendo em vista que não estão presentes os requisitos para que o paciente esteja preso, com a imediata expedição de alvará de soltura em favor deste. Requer seja concedida a pelos fundamentos expostos acima, seja o presente pedido de habeas corpus julgado procedente ao final, confirmando-se a decisão liminar*" (e-STJ fls. 15/16).

É, em síntese, o relatório.

Depreende-se dos autos que o presente *writ* impugna acórdão proferido pela Terceira Câmara Criminal do Tribunal de origem na apelação criminal de número 0050863-59.2017.8.19.0001 (e-STJ fls. 33/42).

Ocorre que a causa de pedir e o pedido deste *habeas corpus* são idênticos aos do HC n. 540.909/RJ, impetrado nesta Corte e também atribuído a esta

# *Superior Tribunal de Justiça*

relatoria, que igualmente impugna o mesmo acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro na apelação criminal de número 0050863-59.2017.8.19.0001.

Ante o exposto, diante da constatação de que o presente remédio constitucional é mera reiteração do HC n. 540.909/RJ, **indefiro-o liminarmente** com fulcro no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se. Dê-se ciência ao interessado.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

